

# **Gênero, autonomia econômica e *empoderamento*: o real e o aparente** **Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social**

Gênero, Desigualdades e Cidadania

Maria de Lourdes N. Scheffler<sup>1</sup>

## **Resumo**

Neste trabalho retomo o conceito de gênero e a estratégia de transversalização de gênero nas políticas públicas, por meio de uma análise direcionada às políticas de sociais de combate à pobreza rural que contemplam mulheres no Estado da Bahia- Brasil. Tomando o *empoderamento* em referência ao processo de conquista da autonomia das mulheres, sob a ótica do projeto político feminista, discuto a incorporação desse conceito por órgãos governamentais e movimentos sociais, pontuando as implicações práticas e os limites à emancipação política das mulheres na implementação dessas políticas. Para tanto, lanço mão de evidências, fruto de observações registradas no curso da minha trajetória nestes âmbitos, buscando identificar possíveis clivagens nas concepções de *empoderamento* defendida pelo feminismo e praticadas nesses contextos.

**Palavras-chave:** transversalidade de gênero, políticas públicas, empoderamento

## **Introdução**

Meu longo percurso na formulação e implementação de políticas públicas no mundo rural me permitiu acompanhar de dentro e, desde o nascedouro, os debates sobre a inserção da perspectiva de gênero nos textos institucionais, bem como acompanhar avanços na participação das mulheres nas agendas governamentais do país, notadamente no estado Bahia. À medida em que avançava o meu próprio entendimento sobre essa temática, pude perceber os entraves e persistentes barreiras à efetiva adoção dessa perspectiva nos programas e projetos sociais e de desenvolvimento.

Aprendi com as pensadoras feministas que as relações de gênero são um aspecto de relações sociais mais amplas e, como todas as relações sociais, são constituídas por meio de regras, normas e práticas pelas quais recursos são alocados, tarefas e responsabilidades são designadas, valor é dado e poder é mobilizado. Nesse sentido KABEER, (2013 s/p) é conclusiva quando diz que “as relações de gênero não operam em um vácuo social, mas *são produtos das maneiras pelas quais as instituições são organizadas e se reproduzem ao longo do tempo*”<sup>2</sup>.

Nesta reflexão, tomo como referência empírica experiências de mulheres que sobrevivem da produção familiar e beneficiamento da mandioca, em comunidades rurais do estado da Bahia-Brasil, e que conseguiram resultados econômicos significativos organizando-se associativamente para a exploração da atividade. A observação de processos de intervenção junto a essas mulheres, contudo, tem me revelado situações de autonomia econômica combinadas com *empoderamento* e *desempoderamento*, tanto nos espaços privados, como nos espaços públicos. Tais constatações me conduziram a seguintes questionamentos: Como vem sendo operada as noções de transversalidade de gênero e *empoderamento*

---

<sup>1</sup> Maria de Lourdes Novaes Scheffler é Doutora em Ciências sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia- Brasil e Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher- NEIM/UFBa. E-mail: mlscheffler@gmail.com

<sup>2</sup> Grifo da autora.

no âmbito das políticas de combate à pobreza e que deslocamentos de sentido promovem? Em que medida o *empoderamento* seria uma consequência natural e direta decorrente da inserção produtiva e laboral das mulheres ou, em que medida situações de dependência econômica e subordinação da mulher condicionam-se reciprocamente? A reflexão em torno dessas questões me reportam, necessariamente, à análise de como as desigualdades de gênero são entendidas e, principalmente, (re)produzidas pelas instituições que detêm o controle das políticas públicas no meio rural. Compreender os obstáculos que se colocam no caminho do projeto feminista no âmbito das políticas públicas é o objetivo deste trabalho, que tem como preocupação central refletir sobre o que de fato resulta dessas intervenções no tocante ao *empoderamento* das mulheres. As formulações de pensadoras feministas, a exemplo de Sardenberg, Magdalena León e Naila Kabeer, me ajudam a pensar as dificuldades de concretização do projeto feminista por dentro das políticas públicas.

O texto estrutura-se a partir de três eixos que considero ilustrativos do projeto feminista de autonomia das mulheres, levando em conta a sua incorporação teórica e efetiva aplicabilidade às políticas públicas: transversalização de gênero, autonomia das mulheres e *empoderamento*. Início situando a emergência do conceito de transversalidade de gênero no marco da história do pensamento feminista – estratégia considerada fundamental para a equidade de gênero e o *empoderamento* das mulheres. A seguir, localizo no quadro político atual as preocupações do Estado – inclusão social, combate à pobreza e conquista da cidadania – para situar o deslocamento de sentidos no uso da noção de *empoderamento*, em confronto com as abordagens feministas que privilegiam a dimensão política desse conceito. Com base nas evidências empíricas observadas, discuto as restrições e limites institucionais à consecução do *empoderamento* das mulheres, conforme concebido pelo projeto feminista. Espero contribuir, sobretudo, com os/as formuladores/as e implementadores das políticas públicas, adeptos da incorporação da perspectiva de gênero, no reconhecimento de como as desigualdades de gênero estão presentes e são (re)produzidas pelas instituições que operam essas políticas.

### **O projeto feminista e a perspectiva de transversalidade de gênero nas políticas públicas: notas do abismo**

Inicialmente, julgo necessário recuperar a emergência do conceito de transversalidade de gênero no âmbito dos debates feministas sobre o lugar das mulheres no desenvolvimento, para evidenciar os caminhos percorridos pelo pensamento feminista na afirmação de seu projeto político para as mulheres. Análises recentes sobre o que tem resultado da aplicabilidade deste projeto no contexto das políticas públicas, referem-se

ao “enorme abismo entre as aspirações feministas por mudanças sociais e os limitados, porém importantes ganhos adquiridos” (CORNWAL, HARRISON E WHITEHEAD, 2013, s/p).

A literatura disponível sobre o tema gênero e desenvolvimento revela que, até a década de 1970, não existem registros sobre o reconhecimento da mulher no desenvolvimento econômico e sua posição nesse processo. As mulheres eram desconsideradas ou subsumidas na unidade familiar, partindo-se do pressuposto de que o desenvolvimento beneficiaria a todos de maneira igual<sup>3</sup>. Os primeiros estudos críticos desenvolvidos neste campo demonstraram que as políticas de desenvolvimento, pautavam-se em valores de uma ordem patriarcal, principalmente em noções ocidentais de domesticidade feminina (em termos do seu papel na reprodução, como esposas e mães) e a partir de uma perspectiva assistencialista, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades sociais entre homens e mulheres e ignorando a relevante participação feminina nas atividades produtivas. Assim, as mulheres

<sup>3</sup> O estudo crítico de Ester Boserup (1970), sobre o papel da mulher no desenvolvimento trouxe importante contribuição às discussões e questionamentos nesse campo e provocou mudanças nas políticas internacionais de desenvolvimento lideradas por agências da Organização das Nações Unidas e outras instituições afins

eram excluídas dos programas e projetos de desenvolvimento, os quais, por vezes, impactavam negativamente as comunidades beneficiárias, desintegrando a organização doméstico-familiar e suas fontes de subsistência.

As abordagens de então, identificadas com o enfoque do ‘bem-estar’ sofreram severas críticas das primeiras defensoras da inclusão das mulheres nos programas de desenvolvimento –conhecido como enfoque Mulheres em Desenvolvimento -MED, por identificar as mulheres primordialmente com a reprodução e ignorar seu papel na produção. As defensoras deste enfoque apontaram os efeitos adversos do desenvolvimento para mulheres e argumentaram a favor da *igualdade de oportunidades* para as mulheres no processo de desenvolvimento.

Na I Conferência Internacional da Mulher, realizada na Cidade do México, em 1975, foi decretado o período de 1975-1985 como ‘Década Internacional da Mulher’ e formulado um Plano de Ação, cuja meta principal foi *integrar* as mulheres ao processo de desenvolvimento, reconhecendo-as como agentes da produção e sujeitos de direitos.

Os primeiros programas dirigidos às mulheres resultam da crítica às abordagens do “bem estar” e do enfoque MED. Esta última, conquanto não tenha produzido mudanças na vida das mulheres, favoreceu a produção de pesquisas e estudos críticos que possibilitaram avanços teóricos significativos nesse campo do conhecimento. Na esteira das mudanças verificadas nos paradigmas científicos, tais avanços implicaram em profundos deslocamentos,verificados não só nas as abordagens do desenvolvimento como no campo dos estudos feministas.No primeiro caso, implicou a substituição do modelo de desenvolvimento hegemônico – de corte economicista, pautado na teoria da modernização e voltado para o progresso e o crescimento econômico – para uma concepção de desenvolvimento sustentável. Nos estudos feministas verificou-se mudança da ênfase da temática da mulher para a problemática de gênero (SARDENBERG, 2006, p.)

O conceito de gênero surge como contestação ao determinismo biológico e como instrumento de “desnaturalização” das desigualdades entre os sexos, das identidades sexuais, da divisão sexual do trabalho e das assimetrias/hierarquias sociais com base no sexo, demonstrando a sua historicidade e, assim, a possibilidade da sua transformação e transcendência. O que tem emprestado ao construto gênero, para além dos avanços teórico-metodológicos, uma conotação prático-política: a de se prestar como instrumento científico de legitimação das lutas feministas (Sardenberg 1998). A autora, entretanto, chama a atenção de que:

“No plano teórico, o conceito de gênero não substitui a categoria social *mulher*, tampouco torna irrelevante pesquisas, intervenções e reflexões sobre mulheres enquanto um grupo social discriminado. Ao contrário, permite que se pense tal categoria como uma construção social, historicamente específica e, como tal construção, legitima a situação ‘real’ de discriminação, exploração, subordinação das mulheres”. (Sardenberg, 2006, p. ).

Os programas e projetos de ação numa perspectiva de Gênero e Desenvolvimento – GED,voltados para a promoção econômica e social das mulheres, fundamentam-se no fato das mulheres ocuparem hierarquicamente posições subordinadas em relação aos homens (a nível simbólico e na prática social) retendo, conseqüentemente, menores parcelas de prestígio, privilégios e poder. O construto gênero diz respeito a um princípio universal, organizador tanto do mundo exterior (o ‘social’, econômico, político), quanto interior, ou seja, que diz respeito à construção das subjetividades e das identidades/diversidades. Gênero organiza e legitima não apenas a divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais correspondentes, mas também a divisão sexual de direitos e responsabilidades, o acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidades de trabalho, bem como a instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e de crédito, capital, conhecimento, educação, instâncias decisórias, etc.. Por força das ideologias de gênero e a conseqüente

divisão sexual do trabalho, mulheres e homens se engajam em diferentes tipos de atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, tendo “fontes diferentes de renda e diferentes formas de acesso e controle dos recursos (materiais: terra, capital, ferramentas, tempo; e não-materiais: poder, conhecimento, educação)” (ANDERSON, 1997 apud SARDENBERG, 2006, p. ).

Na Quarta Conferência Internacional da Mulher, em 1995, Beijing/China, foi aprovada a Plataforma de Ação, propondo novas estratégias, dentre as quais a incorporação do enfoque de gênero em todos os níveis – o *gendermainstreaming* – traduzido como ‘transversalidade de gênero’, com o propósito de alcançar a equidade de gênero e promover o *empoderamento* das mulheres. Este documento enfatizou a questão dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos, reconhecendo-se, finalmente, dentre eles, os seus direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, definiu a equidade de gênero como uma questão de relevância para toda a sociedade – e não apenas de interesse para as mulheres – afirmando ser da responsabilidade dos governos dos países signatários a construção de uma sociedade mais justa, portanto, a necessidade de que os governos nacionais passassem a “integrar perspectivas de gênero na legislação, nas políticas públicas, nos programas e projetos”. Seu objetivo é garantir a incorporação da melhoria do status das mulheres em todas as dimensões da sociedade – econômica, política, cultural e social – com repercussões nas esferas jurídicas e administrativas, incidindo em mudanças imediatas relativas à remuneração, ao acesso à segurança social, ao acesso à educação e à saúde, à partilha de responsabilidades profissionais e familiares, além da busca de paridade nos processos de decisão. A Plataforma de Beijing também trouxe à tona um tema de pouca visibilidade, até então: a relação entre gênero e pobreza e a conseqüente necessidade de medidas para atender à especificidade da condição social das mulheres na pobreza, com base no entendimento de que a pobreza fragiliza a cidadania feminina e impede as mulheres de assumirem ações políticas, interferências institucionais e legais para modificar sua condição, além constituir-se um entrave à superação do ciclo intergeracional da pobreza. (MELO E BANDEIRA, 2005).

As políticas de equidade de gênero, como quaisquer outras políticas de direitos humanos são conquistas sociais que implicam numa redistribuição de privilégios, logo, os programas e projetos específicos para mulheres, bem como as políticas compensatórias que incluam as mulheres, são instrumentos institucionais que propiciam as condições para uma efetiva igualdade de gênero, portanto, contribuem também para “empoderar” as mulheres. SARDENBERG (2006, p.) adverte que a adoção da transversalização como uma estratégia requer que se defina o que se quer transversalizar e o que se espera obter com isso”. Os movimentos feministas almejam transversalizar a perspectiva da equidade de gênero ou promover igualdade de direitos para as mulheres. A noção de equidade de gênero, sob esse enfoque, reconhece que as diferenças entre os sexos são transformadas na prática social em desigualdades de gênero, pressupondo a transformação dessas relações. Neste caso, Sardenberg sugere que a obtenção de sucesso na conquista da equidade de gênero, mediante processos de transversalização, reque o desenvolvimento de iniciativas em duas direções: tanto no que refere à incorporação sistemática da perspectiva de gênero em todos os componentes de uma estrutura, quanto no sentido de se assegurar que essa perspectiva se incorpore à matriz estrutural, ao coração de uma ação política. Ressalta, entretanto, que não se trata de estratégias diferentes, mas sim de níveis e âmbito distintos de abordagem. Esta segunda via pressupõe a transformação da agenda de desenvolvimento, o que requer a análise das desigualdades de gênero entre homens e mulheres, na perspectiva de que as relações de gênero estão articuladas às relações de classe e raça/etnia, entre outras dimensões, criando contextos específicos de desigualdades. A transversalidade de gênero sob esta visão: consiste na reorganização, melhoria, desenvolvimento e avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização. O objetivo é incorporar a perspectiva das relações de gênero em todos os processos de decisão e fazer com que todos os processos de decisão sejam úteis à igualdade de oportunidades (Sardenberg, xxx).

A observação desses processos tem evidenciado que, conquanto a incorporação sistemática da perspectiva de gênero aos componentes de uma estrutura seja politicamente mais aceita, em detrimento

de posições mais radicais de transformação das estruturas, qualquer caminho que vise assegurar a incorporação institucional dessa perspectiva apresenta-se carregado de obstáculos e bloqueios. Para os movimentos feministas torna-se cada vez mais imperiosa a necessidade de definição de critérios claros de governabilidade, bem como a identificação de estratégias e mecanismos que possam, de fato, superar as resistências no próprio âmbito da administração pública. Tais resistências se manifestam e se reproduzem em todas as escalas de decisões, fato presente, inclusive, em projetos e programas de cooperação internacional, onde a incorporação da perspectiva de gênero mantém-se no plano teórico, conforme tem avaliado pela crítica feminista:

“em muitos desses projetos o tema gênero só é manejado em função de cumprir um requisito das financiadoras, sem existir em absoluto um convencimento sobre a importância da sua aplicação fora do uso utilitarista de ‘melhorar a eficiência dos projetos’. Poucos são aqueles que aceitam o desafio de iniciar uma mudança em sua visão de desenvolvimento, saindo de um esquema baseado somente em aspectos econômicos e produtivos e adotando, ao invés, um esquema mais humano e sustentável”. (SELAYA, 1997, p.27 apud SARDENBERG, 2006, p.68 ).

Depoimentos deste tipo revelam situações que são recorrentes em diferentes contextos onde se implementam políticas públicas que adotam a perspectiva de gênero. A literatura tem evidenciado que no Brasil ainda persistem políticas públicas cegas a gênero, coexistindo com políticas sensíveis a gênero, estas em franco crescimento nas duas últimas décadas. Entretanto, as análises revelam que a incorporação dessa perspectiva muitas vezes se mantém no plano retórico ou textual sem incorporar na prática esta perspectiva de ação. Outras vezes, observam-se deslocamentos de sentido dos conceitos, mantendo as abordagens tradicionais que privilegiam o bem estar e a igualdade de oportunidades para as mulheres. Em outras palavras, quando são formuladas e dirigidas às mulheres, as políticas públicas não contemplam, necessariamente, a perspectiva de gênero. A esse respeito MELO E BANDEIRA, (2005, p. 47) esclarecem o que difere entre as políticas públicas de gênero e políticas públicas para as mulheres. Estas trazem uma perspectiva restrita, pontual, de menor abrangência, atendendo a demandas das mulheres, mas sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino. Ao contrário, as políticas públicas de gênero apresentam uma perspectiva relacional e crítica que considera a diversidade dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, levando em conta, igualmente, a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidos nas relações interpessoais que se estabelecem entre homens e mulheres e, internamente, entre homens ou entre mulheres. Também envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito e tem como objetivo seu *empoderamento*.

### **As Políticas de combate à pobreza e os múltiplos sentidos do *empoderamento***

O Brasil, como toda a América Latina, atravessou a década de 1980 sob o impacto das ideologias neoliberais definidas na arena internacional, com ênfase renovada no crescimento econômico e nas forças do mercado. Após uma década de crise e de liberalização da economia e, à medida que a crença nas potencialidades do mercado como principal distribuidor de recursos se tornou insustentável, tem lugar a preocupação com o fator humano no desenvolvimento, observando-se a emergência de um novo paradigma institucional de políticas públicas, com destaque para a revalorização das políticas sociais, notadamente as de combate a pobreza e vulnerabilidade social, onde as mulheres têm sido eleitas como público preferencial, assumindo posição estratégica na implementação de programas sociais de combate à pobreza, de transferência de renda, entre outros. MELO E BANDEIRA (2005, p. 15) assinalam que o desenho das políticas públicas “antipobreza” do governo brasileiro responde a três desafios: a) impedir que as pessoas morram de fome; (b) possibilitar oportunidades para que os pobres

saiam da pobreza, seja via programas de geração de renda, microcrédito e/ou desenvolvimento sustentado local, tais como a agricultura familiar; (c) Impedir através de uma política social que se caía na pobreza, seja via pensões, seguro-desemprego

Conquanto nesses programas não faltem referências à gênero, diferentes estudos tem questionado o esvaziamento político no uso desta categoria de análise nos diferentes contextos. Sonia Alvarez(2000) diz que o gênero extrapolou os círculos de domínio feminista e passou a ocupar espaço nos mais diversos setores sociais e instituições estatais, e isso, muitas vezes, se dá por formas variadas de tradução político-cultural, afastando-se das influências das teorias e práticas feministas e atingindo um nível de mera adição no vocabulário técnico de planejamento. Esse deslocamento de sentido, subverte a reivindicação dos movimentos feministas que entendem que a incorporação da perspectiva de gênero não se dá apenas por adição (Kabeer, 2013) mas, principalmente por revisão dos fundamentos tradicionais. Essa posição é reafirmada por (CORNWAL, HARRISON E WHITEHEAD, 2013, s/p) quando acrescentam sobre “as generalizações que agora fazem parte do uso geral do tema ‘gênero e desenvolvimento’, destituindo o conceito de sua intenção política”<sup>4</sup>. As autoras ressaltam que a luta por significado tem ocorrido em um cenário de discurso constantemente em mutação, a exemplo dos novos termos presentes no discurso atual do desenvolvimento como *empoderamento*, exclusão, e cidadania, acrescentando que: “Nesse processo, alguns aspectos da agenda de gênero são privilegiados e outros descartados, na medida em que os significados dissonantes são empurrados para fora da nova moldura”.

A partir dos anos 1990, no Brasil, a linguagem do *empoderamento* tem presença garantida em grande parte da literatura que trata de temas relacionados à pobreza, desenvolvimento e cidadania. O termo *empoderamento*, neologismo criado a partir da tradução do inglês *empowerment* significa que as pessoas possam adquirir o controle de suas vidas, a habilidade para fazer coisas e definir suas próprias agendas. Trata-se, segundo Magdalena León, de um processo perpassado por ambivalências, contradições e paradoxos. Segundo (SORJ E GOMES, 2011, p. 148) o *empoderamento* integra-se a estes, “novos conceitos” que se baseiam na idéia de investir nos sujeitos como indivíduos e na valorização da autonomia e do auto-desenvolvimento.

Conceito central nos debates relacionados ao desenvolvimento e combate à pobreza, o *empoderamento* vem sendo orientado à construção de sujeitos sociais e a conquista da cidadania, pressupondo-se que os indivíduos, através de suas organizações, devam atuar no espaço público em defesa de seus direitos sociais, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos públicos. Como ferramenta estratégica no combate à pobreza e à inclusão social, o termo vem sendo crescentemente apropriado e resignificado, prestando-se à legitimação e controle de práticas dominantes muito diversas, não necessariamente *empoderadoras*, visto que despregado de seu conteúdo político. Sob esses usos, o termo é descolado da questão essencial da abordagem de *empoderamento* – as relações de poder – dimensão colocada em segundo plano e deslocada do seu papel central nas práticas sociais e políticas, para dar lugar a abordagens técnicas, instrumentais e predominantemente economicistas, que apagam ou camuflam as relações antagônicas e conflituosas de poder, omitindo o sentido de emancipação política dos sujeitos. Sob a perspectiva da transversalização de gênero nas políticas públicas – a noção de *empoderamento* em geral é traduzido como “autonomia econômica da mulher”.

Na agricultura familiar é recorrentemente abordado, indicando a necessidade de políticas de enfrentamento à pobreza promotoras do *empoderamento* da mulher rural, atribuindo-lhe um papel-chave nos processos de intervenção. Já os estudos feministas que relacionam gênero e pobreza argumentam que as transformações no campo brasileiro, envolvem tanto mudanças nas situações engendradas pela crescente penetração do capital na agricultura – restrições a terra, às condições de

---

<sup>4</sup>Debates travados por teóricas feministas de vários continentes durante a realização do Workshop ‘Mitos de gênero e fábulas feministas: reposicionando gênero em políticas e práticas de desenvolvimento’, em Salvador-Bahia, em 200

produção, de mercados e de maiores rendimentos para seus produtos –, como outras dimensões na vida das mulheres que se sobrepõem às relações especificamente de trabalho e que questionam sua identidade e posição social. Para os movimentos sociais rurais, indistintamente, a independência econômica das mulheres constitui-se o primeiro passo para o seu *empoderamento*. A precariedade das condições de reprodução na agricultura familiar está na base da justificação desse argumento e da crescente pressão dos movimentos sociais por serviços e investimentos públicos.

Para o feminismo, o *empoderamento* implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna das mulheres, garantindo-lhes autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações. A abordagem de empoderamento, portanto, não é neutra, é condição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais e aos privilégios de gênero, por conseguinte, admite relações de poder, oposições e conflitos e seus desdobramentos, os quais podem desencadear processos de mudança reveladores de outras dimensões vividas pelas pessoas e grupos sociais. O *empoderamento* compreende um processo da conquista da autonomia por parte das mulheres, um processo que tem aspectos tanto coletivos como individuais (Leon, 2001). O poder aqui é entendido na perspectiva foucaultiana como um poder relacional, disperso, positivo e produtivo já que produz os corpos, os gestos, as ações; normatiza as condutas; define o lícito e o ilícito; incita a falar; perscruta, localiza, distribui, individualiza e classifica; gere a vida de todos e de cada um individualmente. Uma rede de relações que nos constituem, nas quais estamos imersos, como um jogo dinâmico em que ora somos os dominantes, ora ocupamos o lugar dos dominados.

As teóricas feministas buscaram precisar o conceito de *empoderamento* considerando as especificidades das demandas femininas. A consideração das necessidades práticas e os interesses estratégicos das mulheres, contempla, respectivamente, a condição – que se refere aos aspectos materiais e práticos requeridos a um adequado nível de vida da mulher – e a posição ou o status da mulher em relação ao homem.

León ( ) refere-se ao conceito de potencial transformador apresentado por Iris Young que mostra a interrelação dessas dimensões da vida social da mulher, a serem consideradas de forma dinâmica, onde as transformações na sua condição social podem se constituir em potencial transformador das relações de gênero ou das estruturas de subordinação, imprimindo-lhe um caráter político. Sob essa perspectiva o *empoderamento* é concebido como um processo, portanto, à medida em que alguma dessas dimensões seja relegada, perde-se seu potencial transformador, podendo-se inclusive identificar situações simultâneas de *empoderamento* e *desempoderamento*, em suas múltiplas relações.

As análises de Kebeer (2013) apontam os obstáculos operacionais que persistem nos programas e projetos governamentais para o *empoderamento* das mulheres, evidenciando como as desigualdades de gênero estão profundamente institucionalizadas e das relações de poder que expressam. Segundo a autora, as estratégias de transversalização da perspectiva de gênero (gender mainstreaming) só produzirão um impacto transformador na prática do desenvolvimento – no sentido da equidade social e *empoderamento* das mulheres – quando o gênero e as preocupações das mulheres adquirirem centralidade nas agendas públicas, tanto em termos ideológicos como institucionais, ao ponto de desencadear um processo de mudanças nas normas, prioridades e metas institucionais, bem como uma redistribuição substantiva de recursos.

### **O contexto em evidência: mulheres “empoderadas”?**

No nordeste brasileiro, a grande maioria das mulheres que depende da agricultura familiar sobrevive em condição de vulnerabilidade econômica, sendo alvo de severas privações materiais e simbólicas acumuladas no curso de suas vidas e reproduzidas sob a forma de desigualdades e discriminações, inclusive, por parte das políticas públicas que, mesmo privilegiando as mulheres em seus discursos oficiais, não têm efetivamente se voltado à perspectiva de gênero.

A produção da farinha, alimento da dieta básica dos brasileiros pobres, sempre foi e ainda é considerada uma atividade produtiva relevante na reprodução de famílias que sobrevivem da agricultura familiar. Este fato explica a atenção dispensada pelas políticas públicas à mandiocultura e seu incentivo à busca de alternativas para o fortalecimento da base produtiva das organizações sociais desse segmento no Nordeste brasileiro. Nesta região, a cultura da mandioca, sempre esteve voltada, predominantemente, para a produção de farinha – de domínio masculino, não obstante o peso da participação das mulheres nesta atividade. Os demais subprodutos, de menor valor agregado e considerados produtos secundários, visto que voltados para o consumo, tradicionalmente estiveram identificados com as atividades femininas. A crescente valorização mercantil de outros derivados da mandioca, a exemplo da produção de beijos, tem produzido mudanças no perfil dessa atividade, absorvendo indistintamente homens e mulheres de diferentes idades e gerações. Este é o caso da comunidade de Onça, onde a valorização do beiju – carro chefe do principal empreendimento produtivo local – tem transformado a realidade local<sup>5</sup>. Aí, as mulheres, principais responsáveis pelo sucesso desse empreendimento, ocupam um lugar de destaque no provimento de recursos às famílias<sup>6</sup>. Neste caso, a ampliação da produção e do acesso aos mercados resultou na valorização e compartilhamento da atividade produtiva por homens e mulheres, sem que se verificassem transformações nas relações de poder na família e na comunidade. Ao contrário, o sucesso produtivo tem gerado a masculinização da atividade, com forte tendência à reprodução do domínio masculino, no controle das decisões e dos recursos da família e do empreendimento comunitário, mantendo-se o padrão hierárquico de gênero que é tradicionalmente muito desigual entre as famílias e comunidades camponesas.

Na região da Onça, o desenvolvimento da atividade da mandioca se fez mediante iniciativas de organização coletiva das famílias produtoras, capitaneada pelas mulheres “beijuzeiras”. A Associação Comunitária, fundada em 1987, viveu um longo período de desarticulação e desmobilização, quando esteve prestes a ser desfeita. A partir da implantação de uma casa de farinha comunitária com dois fornos, através de investimentos públicos, a comunidade se organizou para produzir e captar recursos materiais e financeiros, além de assistência técnica e capacitação<sup>7</sup>. Valendo-se do apoio de diferentes instituições governamentais e não governamentais, a associação ampliou a sua infraestrutura produtiva, dinamizou e diversificou as suas atividades, com a produção de beijos, tapiocas, bolachas e sequilhos, além da tradicional farinha de mandioca. Com um quadro de 130 associados, dos quais 70% são mulheres, atualmente vive um momento de franco crescimento produtivo, ocupando, entre a produção agrícola, o transporte, o beneficiamento e a comercialização do produto, mais de 300 famílias.

O sucesso deste empreendimento pode ser atribuído à existência de um clima organizacional favorável ao desenvolvimento de uma gestão associativa capaz de potencializar os recursos aportados pelas instituições. Entre os projetos das associadas encontra-se a ampliação de um centro de informática, a ampliação das unidades de produção de amido e demais derivados da mandioca. Essa perspectiva de crescimento encontra respaldo no volume de negócios já realizados pela associação, não só em feiras e mercados regionais e da capital do Estado, como, através de contratos com Prefeituras da Região e com programas do Governo Federal, como Programa Nacional Alimentação escolar – PNAE Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Segundo depoimento do atual presidente da associação “*existe uma*

<sup>5</sup> A comunidade de Onça, objeto deste estudo, localiza-se no Município de Conceição do Coité, Território do Sisal, a 210 km da capital do Estado da Bahia, no denominado Semiárido baiano.

<sup>6</sup> O beiju, também conhecido como tapioca em algumas regiões brasileiras como tapioca é uma iguaria de origem indígena (tupi-guarani) feita com a fécula ou a goma seca da mandioca, também denominada de polvilho que é adicionado em um recipiente aquecido, até tomar o formato de uma panqueca.

<sup>7</sup> A Comunidade de Onça é beneficiária de um Programa Governamental financiado com recursos do Banco Mundial e do Governo do Estado (Programa Produzir)



*demanda reprimida pelos produtos da associação, por isso tem margem para crescimento da produção local”.*

A formação das associações de mulheres “beijuzeiras”, sem dúvida provocou grandes mudanças na região da Onça<sup>8</sup>: a) a organização favoreceu o desenvolvimento da produção de beijos –uma prática tradicional das mulheres locais, cujo aprendizado das técnicas de produção são passadas de mães para filhas b) promoveu a valorização da atividade, que proporciona bons rendimentos; c) ampliou o poder aquisitivo das famílias (a renda mensal média das famílias está em torno de R\$1.200,00), o que se evidencia nas moradias confortáveis, que dispõem de água, luz, equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos e, em muitos casos, carro particular; rompeu barreiras simbólicas definidas pela divisão sexual do trabalho, anteriormente impostas pelos valores patriarcais) refletiu positivamente na economia da região de Onça, conforme expressa os depoimentos das mulheres:

“A mandioca é nossa redenção, nosso pão de cada dia. Aqui todo mundo trabalha, todo mundo ganha, não falta trabalho, é na planta, na raspa, no beiju, na tapioca, no biscoito. Quem trabalha, tem resultado”, diz Dalva, 37 anos, beijuzeira.

“Eu comecei indo pras feiras, fazia três feira, criei os filho assim, no beiju, eu que ia, agora não, eles é que vão, neto, filho, genro, graças a Deus dá prá todo mundo, cada um tem seu ganho”. D Raimunda 63 anos, beijuzeira.

“ Eu moro aqui, mãe aí do lado, meu irmão do outro, aqui todo mundo tem um forno em casa, num falta encomenda, falta é produção. Meu marido trabalhava de garçom , lá na Ribeira, em Salvador e eu tirei, ele largou prá ganhar aqui no que é seu, agora faz beiju e está bem satisfeito”. Lindinalva, beijuzeira, 32 anos.

Nessa comunidade, é inquestionável a melhoria do padrão econômico das famílias e da condição material das mulheres. Esta é a razão da premiação da associação da comunidade de Onça, em 1995, pelo Banco Mundial<sup>9</sup>, quando foi classificada em terceiro lugar. O concurso teve como objetivo selecionar e disseminar experiências inovadoras implementadas por organizações da sociedade civil lideradas por mulheres. No momento da premiação a associação era liderada e dirigida por mulheres. Entretanto, a necessidade de substituição dos quadros da organização, cuja direção já se repetia por sucessivas gestões, evidenciou uma situação de *desempoderamento*.

A associação da Onça passou a ser dirigida por um homem, antigo líder da comunidade que assumiu o controle de todos os empreendimentos associativos. A ex-presidenta afirma que não pretende se reeleger e que as mulheres não se dispõem a assumir cargos de direção ou que implicam representação, sendo esta uma dificuldade concreta enfrentada pela organização. Segundo ela: “A associação é dirigida por um homem porque as mulheres não querem, ninguém aqui quer”

As mulheres, por sua vez, argumentam:

“Tem que representar, tem que viajar e, quem tem família não pode, o tempo não dá; ela (a ex-presidenta) gostava e podia, podia sim , com filho já criado.

<sup>8</sup>As famílias sentem-se realizadas pelo reconhecimento a sua capacidade de organização. Em 1995, a associação da comunidade de Onça – ASCRON concorreu a premiação promovida pelo Banco Mundial, com apoio do GDLN, Genfund (Fundo Norueguês/ Holandês de apoio à inclusão de atividades de gênero nas operações do Banco Mundial), do Fundo de Apoio a Pequenos Projetos, Banco do Nordeste,

<sup>9</sup>O concurso foi apoiado pelo GDLN, GENFUND (Fundo Norueguês/ Holandês de apoio à inclusão de atividades de gênero nas operações do Banco Mundial), do Fundo de Apoio a Pequenos Projetos, Banco do Nordeste, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Cidadania.

“Eu acho que mulher não é própria pra essas coisas de venda, de banco, de dinheiro, os homens sabem mais, depois, mulher tem filho, casa, marido...”.

Mas, o que explica o distanciamento das mulheres dos postos de decisão e de comando da política? O que restringe e inibe a sua participação no poder? Em princípio as causas são encontradas na discriminação histórica das mulheres, na falta de experiência acumulada nestas áreas de atuação e na resistência dos tradicionais ocupantes do poder em compartilhar os espaços de participação e decisão. ÁVILA, (2003, p. 649) contribui afirmando que, na reprodução da vida cotidiana, as desigualdades materiais e a dominação simbólica atuam como meios de produção de alienação e impedem o acesso à participação política. No caso das mulheres, há uma tensão entre o tempo do ‘agir’ do sujeito político e o das tarefas da dupla jornada, dados pela divisão sexual do trabalho. A falta de tempo funciona como um bloqueio. A constituição de mulheres como sujeito está diretamente vinculada à abertura de novos espaços políticos e à liberação do tempo como ação transformadora.

No caso analisado, os depoimentos das mulheres revelam ambiguidades, ou seja, ainda que expressem sentimentos de realização e autonomia, seus discursos aparecem carregados de tensões e dificuldades frente ao processo de redefinição dos papéis atribuídos ao gênero. Nesse caso, não se pode perder de vista: 1) que a liberação da mulher não somente econômica, mas também psicológica, social, cultural e política constitui-se uma ameaça à identidade masculina e o poder que lhe é conferido na família e nos espaços públicos comunitários 2) na organização agrícola familiar, tempo, trabalho e recursos são desigualmente distribuídos entre homens e mulheres e que a , formação da identidade feminina resulta de experiências e aprendizados com base nessa distribuição. 3) a família para os sujeitos deste estudo joga um papel decisivo na reprodução dos valores patriarcais. É neste espaço, que se reproduzem os papéis e as relações hierárquicas de gênero, através de normas, valores, mitos e demais aparatos simbólicos 4) As mulheres rurais são moldadas para o mundo privado, mediante aprendizados que resultam, predominantemente, da experiência e da educação familiar, cabendo-lhes reproduzir os modelos e valores apreendidos. Já os homens se qualificam para o mundo público, cabendo-lhes as relações externas que envolvem a contatos com agentes financeiros, venda da produção, compra de insumos, participação em reuniões e cursos, contato com técnicos e agentes institucionais, o que lhes confere valor simbólico na família e aprendizado para atuar nos espaços públicos do mercado e da política.

O baixo capital social que dispõem as mulheres, portanto, modela seus interesses. Estes podem ser explicados, conforme BOURDIEU (2005) pelos processos históricos e culturais, ambientes institucionais, estruturas sociais de dominação, uma "ordem das coisas", aparentemente normal ou natural, que fazem perpetuar estilos de vida e visões de mundo que submetem homens e mulheres a uma estrutura hierárquica, sendo as mulheres colocadas em condições de desvantagem na maioria das sociedades e das famílias.

A autonomia econômica é, sem dúvida, um dos aspectos que contribui para a superação das condições de opressão da mulher, influenciando, inclusive, as manifestações de violência contra ela. Neste caso, admite-se que a desigualdade econômica entre homens e mulheres se constitui uma das fortes variáveis preditivas da prevalência da violência contra a mulher, visto que respalda simbolicamente o sentido de propriedade e de domínio que subjaz às relações de gênero no meio rural. A possibilidade de a mulher passar a dispor de recursos sob seu controle pessoal, sem dúvida, amplia seu poder de decisão sobre seu uso e se constitui em um elemento fundamental para a transformação de suas condições de vida, a conquista de direitos, enfim, para o seu *empoderamento*. Entretanto, a experiência vivenciada pelos sujeitos em análise evidencia que o investimento no combate a pobreza ainda que promova a autonomia econômica e satisfaça as necessidades materiais das mulheres e, não promove a equidade social e não recobre o sentido de *empoderamento* preconizado pelo projeto político feminista. Reduzir o *empoderamento* da mulher apenas à possibilidade de torná-la produtiva ou com algum recurso financeiro não significa fazer justiça de gênero.

## Conclusões

Na verdade, as reflexões expressas neste texto não pretenderam ser conclusivas. Sem subestimar as conquistas das mulheres nas agendas públicas, busquei problematizar o que tem resultado das intervenções governamentais em comunidades rurais, no tocante ao *empoderamento* das mulheres. Tinha em mente comprovar, mediante a observação de um caso concreto, o que vem sendo ressaltado pelas teóricas feministas sobre o profundo descompasso entre a disseminação e naturalização das narrativas de Gênero e as mudanças observadas na posição social das mulheres, objeto das políticas públicas. A história do feminismo, como bem ressalta PISCITELLI (xxx p.) está marcada pela busca de ferramentas analíticas para compreender as distribuições diferenciadas de poder que situam as mulheres em posições desiguais e, com base no conhecimento, modificar essas posições. Os conceitos de transversalidade de gênero e *empoderamento* também fazem parte dessa história (ainda que bem remota). Nesse caso, a quase vinte anos das definições da Plataforma de Ação de Pequim, não temos mais razão para atribuir ao desconhecimento, desinformação ou divergências de ordem técnica ou metodológica, e sim a uma questão política, diria Sardenberg (xxx), às profundas clivagens entre o que objetiva o projeto feminista com sua estratégia de transversalidade da perspectiva de gênero e as práticas das políticas governamentais de combate à pobreza, ).

A análise da experiência das mulheres da Comunidade de Onça, na verdade revelou situações de melhoria econômica desses sujeitos, mas também, que este fato, por si só, não tem sido capaz de garantir o seu *empoderamento* – aqui entendido como a ampliação das liberdades e do poder político dessas mulheres. Verificou-se que, à medida em que aumenta a importância econômica da produção de beijos, os homens tendem a exercer o controle desta atividade, até então protagonizada pelas mulheres, reproduzindo-se o domínio masculino.

Intervenções de corte economicista ou assistencial que caracterizam as políticas compensatórias de combate à pobreza, buscam atender a premência das necessidades práticas das mulheres, respondendo pelo déficit histórico das políticas públicas no meio rural – em geral são ações de promoção ao trabalho, à geração de renda e de acesso aos serviços sociais básicos – medidas necessárias e urgentes, mas que não suprem as necessidades estratégicas das mulheres, não garantem a transformação das relações de gênero, conforme evidenciado no estudo em questão. LAILA KABEER (2013) nos lembra que a organização da família e do parentesco em unidades domésticas e redes extensas de familiares são o *locus* primário das relações de gênero, mas os processos pelos quais as desigualdades de gênero são socialmente construídas, ultrapassam essas esferas e se reproduzem não estão confinados a essas esferas. Incluem-se aí um leque de instituições, onde se encontram muitas das agências de planejamento que, supostamente se dirigem ao combate das diferentes formas de exclusão e desigualdade sociais.

Nessas intervenções, fazem falta a formação política desses sujeitos, através do repasse de informações, conhecimentos e habilidades que ajudem as mulheres a lhes planejar e gerir sua vida pessoal, familiar e associativa. É igualmente necessário que se promovam espaços públicos de interação entre mulheres, grupos e organizações sociais, agentes financeiros, e demais instituições, abrindo canais de diálogo nas relações políticas, propiciando trocas de experiência e enfrentamentos nos diferentes circuitos de poder. A formação política das mulheres é um poderoso instrumento para o seu *empoderamento* no sentido da sua auto-reconstrução como sujeitos, no plano pessoal e político.

## Referências

ÁVILA, Maria Betânia Pensando o Forum Social Mundial através do feminismo In: Estudos Feministas, V.11, nº 2, 2003p. 644 a 65.

BOURDIEU, Pierre.

CORNWALL, Andrea In: REVISTA FEMINISMOS 1ª edição Jan. – Abr. 2013. Disponível em: [www.feminismos.neim.ufba.br](http://www.feminismos.neim.ufba.br) Acesso em 23 de maio 2013.

MELO Hildete Pereira de e BANDEIRA Lourdes. Apobreza e as políticas de gênero no Brasil CEPAL - SERIE Mujer y desarrollo, N° 66 Santiago de Chile, junho, 2005.

FIDA, “La Mujer Rural en los Proyectos del FIDA: La Clave para Reducir la Pobreza”, 1978, p. 15.

FOUCAULT, Michel – Vigiar e Punir. Rio de Janeiro: Graal, 1979

KABEER, Naila In: REVISTA FEMINISMOS 1ª edição Jan. – Abr. 2013. Tradução de Cecilia M. B. Sardenberg (NEIM/UFBA) Disponível em: [www.feminismos.neim.ufba.br](http://www.feminismos.neim.ufba.br) Acesso em 23 de maio 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Manual de Capacitação e Informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor*. Brasília: OIT, 2005.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar In: REVISTA FEMINISMOS 1ª edição Jan. – Abr. 2013. Disponível em: [www.feminismos.neim.ufba.br](http://www.feminismos.neim.ufba.br). Acesso em 23 de maio 2013.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar In: *Desenvolvimento de ações no campo da qualificação social e profissional para promoção da inclusão de trabalhadores e trabalhadoras* MTE-OIT, março de 2006

SORJ, Bila e GOMES, Carla. *O gênero da “nova cidadania”*: O Programa Mulheres da Paz SOCIOLOGIA & ANTROPOLOGIA, v.01.02: 2011, p. 147 – 164.